



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÊNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO TREZE

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas nove e trinta horas, no Auditório do Pavilhão Multiusos, reuniu, ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1, do artigo 27º, da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e cinco de abril de 2019. -----

----- Ponto um ponto três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto dois ponto um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----

----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação do Resultado Líquido de Exercício do ano de 2018. -----

----- Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Vimioso. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação da Proposta de Transferência de Competências em 2020 – Lei nº50/2018 de 16 de agosto - Decisão de não aceitação. -----

----- Ponto dois ponto cinco) – Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. Análise e decisão da Transferência de Competências previstas na Lei nº50/2018 e Decretos-Lei nº57/2019 e 58/2019 de 30/04, recentemente pu-

blicados e que se reportam a: **Transferência de Competências para as Freguesias, Serviço Público de Transporte de Passageiros e Transportes Turísticos de Passageiros em vias navegáveis.** -----

----- **Ponto dois ponto seis) – “Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Aproveitamento Hidroagrícola de Santulhão. Lei nº 8/2012 e Artigo 22º. do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho”.** Emissão de Parecer a as-
sunção do Compromisso Plurianual para o investimento em causa. -----

----- **Ponto dois ponto sete) - Outros assuntos de interesse para o Muni-
cípio.** -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram pre-
sentes: José Baptista Rodrigues, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel
Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina
Rodrigues Braz Pires, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Vítor Américo
Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, José Manuel Miranda,
Manuel João Fernandes Preto, Daniel Tomé Ramos, António Bartolomeu Pires
Rodrigues, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Fernando Manuel Gonçalves
Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Luciano
Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo
oitavo da lei cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei
número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente
da Câmara, António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores António
dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, António Eduardo Lopes Padrão e
Valentim Carvalho Sena. -----

----- **Ponto dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspon-
dência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão ordi-
nária de vinte e cinco de abril de 2019.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi colocada a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto um ponto três) – Período para intervenções.** -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento da D.^a Balbina Cerqueira, mãe do Senhor deputado Dr. Cerqueira. O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “Queria aproveitar este momento para manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que se associaram ao voto de pesar pela morte de um familiar. Muito obrigado a todos”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Queria dar os parabéns pela iluminação LED aqui no concelho. Penso que, com este investimento, o concelho vai ter bastante economia a nível de iluminação. Também queria chamar a atenção para, na praça em Argozelo, havia lá uns candeeiros que davam uma certa graça, e foram postas as mesmas lâmpadas que nos postes normais. Foram colocadas com pouco alcance (horizontais) e a luz sai pouco para fora. Acho que deviam ter sido colocados candeeiros. Foram colocados no Largo das Figueiras e acho que ali também deviam ter colocado esses candeeiros, como já lá estavam davam mais uma certa graça no largo da praça. Outro ponto é referente aos ecopontos que foram colocados nas localidades e muito bem, muito maiores. De qualquer maneira, acho que a câmara devia ter um bocadinho de atenção, porque as casas comerciais e os cafés têm os ecopontos mesmo ao pé e as garrafas vão para os contentores do lixo. Se calhar chamá-los à atenção. Está-se a gastar dinheiro em ecopontos e depois não se tira partido deles. A nível dos ecopontos eu acho que era bom também colocar uns contentores daqueles grandes para lixo maior, tais como: electrodomésticos, colchões, sofás. Ainda há tempos estive lá no lixo um sofá mais de um mês. Enquanto o pessoal da junta não os retirou ficaram lá esse tempo todo. Portanto os homens vão despejar o lixo mas os sofás continuam lá, ainda mesmo quando vinha estava lá um colchão. Vai lá estar não sei quanto tempo! Enquanto a junta não o retirar ele permanecerá lá. O pessoal do lixo não o leva, por isso ele continuará lá, até a junta o mandar retirar. Se houvesse um contentor desses grandes para meter lá o lixo grande, se calhar o pessoal até

se dedicava um bocadinho e ia lá pô-lo, ou até arranjar um sítio onde se pudessem depositar. Não sei qual será a possibilidade de arranjar um local para depositar esses lixos e depois a empresa que recolhe o lixo passar por lá, uma vez por semana, para o retirar. Outra questão era a da água, aqui há dias, houve lá uma fuga em Argozelo, e sempre que há fugas fazem o esvaziamento da conduta e, muitas vezes, antes de executar a fuga. Até achava por bem em vez de arramar aquela água por ali abaixo, com a ajuda dos bombeiros ou com alguma cisterna local, se calhar até há juntas de freguesia que têm cisternas, fazer o aproveitamento dessa água. Até para um particular se vê que essa água vai por ali abaixo pode recuperar essa água para fazer as suas regas. Em Argozelo qualquer um que tenha uma cisterna vai lá buscá-la. O S. Bartolomeu tem um depósito, tem que se encher todos os anos, e aproveitar essa água para o regadio das árvores”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado Manuel Oliveira, primeira questão a iluminação LED. Como sabe é uma candidatura ao Norte 2020 que integra o pacto de desenvolvimento da CIM Terras de Trás-os-Montes. Uma candidatura na ordem dos setecentos e cinquenta, oitocentos mil euros. Portanto substituição de toda a iluminação convencional no concelho, incluindo a decorativa por iluminação LED. Vai de facto para lá da redução das emissões de carbono, vamos também ter economia financeira embora essa economia só se vá refletir, de forma mais evidente, passados alguns anos, porque, como sabem, a verba europeia que financia esta candidatura da eficiência energética terá que ser devolvida ao Fundo de Eficiência Energético. Isto significa que é um “empréstimo sem juros” basicamente. De qualquer das formas nós estamos convencidos que, mesmo assim, enquanto estivermos a fazer a devolução das verbas respeitantes a esta poupança, a câmara municipal terá redução dos encargos com a iluminação pública. Fez bem lembrar essa questão, penso que as luminárias a que se refere na praça têm a ver com luminárias que estavam colocadas em paredes de particulares. Correto, eram candeeiros tipo cubo como existem aqui na Igreja de Vimioso. Vai-se colocar essa questão aos técnicos e saber, se na altura que foi feito o registo, foram ou não considerados. Como diz há luminárias que a inclinação incide muito vertical e portanto dá menos iluminação, há outras que estão de forma diferente. Todos os outros que

foram substituídos a que se refere quer no Largo da GNR quer no Largo Manuel Teles e no Largo das Eiras das Figueiras, estamos a falar de colunas, não estamos a falar de candeeiros colocados nas paredes de casas particulares. Quanto à questão da colocação dos ecopontos, nós, a partir de agora, em todas as localidades e mesmo anexas, temos ecopontos. Este é um projeto da Resíduos do Nordeste da qual nós fazemos parte. Na sede de concelho e localidades maiores têm os ecopontos maiores, e alguns dos mais pequenos que eram apenas os contentores o verde, o amarelo e o azul foram colocados em aldeias anexas. Em Argozelo penso que até tem três ecopontos dos grandes. Faz bem lembrar essa questão e nós queremos desenvolver uma campanha de sensibilização junto das pessoas. Temos que aumentar o nível de lixo reciclado, e daí a solução é colocar mais contentores para que as pessoas possam lá colocar o lixo diferenciado, isto é, o metal, o plástico e o vidro. Tivemos o cuidado de colocar contentores perto de estabelecimentos comerciais nomeadamente dos cafés e restauração. Também acho que cabe a todos nós e também aos senhores deputados municipais e aos presidentes de junta sensibilizarem a população, e principalmente essas porque têm condições para que o lixo possa ser reciclado. É importante também que os presidentes de junta, os particulares e os membros desta Assembleia Municipal, que têm responsabilidades acrescidas, quando os contentores estiverem cheios, basta ligarem para a câmara, até pode ser para mim, que nós indicamos à Resíduos do Nordeste no sentido de os ir despejar, porque há uns que enchem mais depressa do que outros. Quanto à questão de colocar grandes contentores, para os chamados grandes lixos. É um processo difícil, porquê? Porque os lixos não são todos iguais, e para o mesmo contentor vão colchões e eletrodomésticos, e não podem ir. O que nós temos dito aos senhores presidentes de junta, e repito aos senhores membros da Assembleia façam também essa pedagogia, se nos ligarem a dizer que está lá o colchão nós vamos lá com um carro da câmara buscá-lo e pomo-lo no ecocentro em Vimioso. Já temos feito isso, já temos recolhido máquinas de lavar, sofás vamos lá carregamos no nosso camião. Esse trabalho tem de ser feito por todos, e se as pessoas antes de colocar o colchão ligassem para o presidente de junta ou para a câmara a dizer tenho aqui um colchão, quando é que me podem vir buscá-lo, nós vamos lá. Agora, as pessoas põem-no à noite e nem se querem identificar. Sabemos perfeitamente isso,

ninguém quer ficar identificado pelo lixo que é lá posto, não sei porquê, não há problema nenhum, tudo tem a sua vida quer os eletrodomésticos quer os colchões, quer os sofás. Tudo tem a sua vida útil quando é para deitar para o lixo é para deitar para o lixo. Outra questão que se coloca tem a ver com os resíduos das obras. Sabem que os empreiteiros, por lei, são obrigados, eles próprios, a entregar os resíduos das obras. Agora se calhar o local mais perto que temos, aqui no distrito nem existe, que é para quê? Para que esse material possa vir a ser reciclado também. Tenho às vezes queixas e observações de presidentes de junta que deitam o lixo nos caminhos, mas depois nesses escombros vão lá ferros, vão lá pregos vai lá tudo e é isso que está a acontecer. É evidente que as pessoas, se as autoridades nomeadamente a GNR os identificarem e tiver provas de quem é o prevaricador, neste caso é um problema. O que é que temos recomendado aos presidentes de junta? Vejam um sítio onde as pessoas possam pôr esse lixo. Às vezes é preciso fazer aterros e pode ser utilizado. Relativamente à questão da água, quando temos uma fuga o que nós queremos é resolver imediatamente o problema. Fazemos, geralmente, a purga a partir do momento em que a fuga é retirada para que depois não haja turvação na água. Mas fica essa recomendação, direi aos encarregados e aos engenheiros no sentido de quando houver, não é sempre fácil conseguir essa cisterna ou devido à hora, ou devido à disponibilidade das pessoas, porque isto não é programado. Mas fica a sugestão que agradecemos no sentido de haver aqui também alguma poupança ou alguma utilização mais eficiente da água, quando sai das bocas-de-incêndio em virtude da reparação das fugas ela possa acontecer”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Na recolha do lixo, se os presidentes de junta pusessem uns editais a recomendar as pessoas sempre que tivessem esse lixo para ligarem para o presidente de junta ou outro contacto, informassem as pessoas se tiverem electrodomésticos ou colchões para deitar fora ligassem para a junta e a junta trataria desse assunto. A nível das cisternas de água também era uma opção, os presidentes de junta recolham os contactos de quem tivesse uma cisterna, sempre que houvesse essa oportunidade entrar em contacto com as pessoas e sempre se faria algum aproveitamento dessa água”. -----

----- **Ponto dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade Municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2018.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “os senhores deputados dispõem da informação técnica presente na reunião de câmara do dia treze de maio. Este ano o resultado líquido de exercício, ou seja a diferença entre gastos e os proveitos é de 573.874.17€. Estabelece o plano da contabilidade das autarquias o POCAL que, legalmente, há uma verba que tem de ficar na conta cinquenta e sete ponto um, respeitante às reservas legais. Significa cinco por cento. O sobrante, uma vez que a conta do património está toda ela dotada, permanece na conta cinquenta e nove que respeita aos resultados transitados. Foi esta a deliberação em sede de reunião de câmara e é esta a proposta que se coloca à votação desta Assembleia”. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto dois ponto três) – Apreciação e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Vimioso.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como bem sabem os senhores deputados, houve a indicação, também por esta Assembleia, de elementos para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Vimioso. Ele esteve em apreciação pública, tendo novamente estado presente na reunião de câmara em vinte e nove de abril. Foi agora definitivamente aprovado pelo que se coloca a votação definitiva do presente regulamento a esta Assembleia, para que em tempo útil possa começar a funcionar o Conselho Municipal da Juventude de Vimioso”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Colocou o ponto dois ponto três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto dois ponto quatro) – Apreciação e votação da Proposta de Transferência de Competências em 2020 – Lei nº50/2018 de 16 de agosto – Decisão de não-aceitação. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Determinou o Governo, e entretanto já alterou o prazo para a indicação à DGAL, mas o prazo inicial era até trinta de junho de dois mil e dezanove, como consta dessa informação. Esteve no dia vinte e sete de maio em sede de reunião de câmara, e tal como até aqui, a câmara, por unanimidade, a assembleia por maioria, decidiram da não-aceitação das competências. A justificação é exatamente o princípio da não definição do pacote financeiro ou das verbas financeiras a transferir. Deliberou a câmara municipal, por unanimidade, que para o ano de 2020 volta a não aceitar as competências que já tinha dito que não aceitaria. Sublinho que de acordo com a Lei, em 2021, independentemente da decisão da Assembleia, elas transitarão todas para as câmaras municipais. Certamente têm ouvido na comunicação social nomeadamente, por exemplo, a ordem dos médicos veterinários a opor-se de forma veemente à transferência de competências na área de sanidade animal e na área alimentar. É um problema que nos vai causar perturbação. Só para lhes dizer que hoje o médico veterinário, o seu salário é pago quarenta ou cinquenta por cento, sensivelmente metade, pela Direção Geral da Alimentação Veterinária, e depois passará a ser pago na totalidade pelo município. Ora, presume o Governo que o município de Vimioso tem receitas com a actividade do médico veterinário. Não tem, não se esqueçam que nós até já deliberamos em reunião de câmara pagar a sanidade animal total aos agricultores. Onde é que a câmara vai ter receitas para pagar o vencimento (metade) do veterinário? Também informar-lhes que, salvo erro, no dia dois ou três do próximo mês, já na próxima semana o Senhor Ministro da Administração Interna, o Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil e penso que das Autarquias Locais vai reunir com todos os Presidentes da Comunidade Intermunicipal para discutir, entre outras coisas, a transferência de competências. A verdade é que o princípio é bom, transferir para os municípios, mas não se podem só transferir as competências é preciso transferir os recursos financeiros, que provavelmente não têm que ser os mesmos. Acredito que nós podemos fazer as coisas com menos dinheiro, mas naquelas em que precisamos do dinheiro eles têm que o transferir. Queremos acreditar que com tempo, não é

este o tempo obviamente até outubro mas, que no próximo ano, após as eleições legislativas, possa haver aqui um debate e uma análise de como as coisas estão a correr que, na generalidade, não estão a correr bem. Não significa isto que, se houver clarificação de determinadas competências, não possamos trazer a proposta à Assembleia ordinária de Setembro, de assumir algumas competências que achamos que é benéfico para o município. Se verificarmos isso fá-lo-emos. Como sabem podemos aceitar umas e não aceitar outras. Portanto, é necessário fazer este trabalho muito apurado, até ver a experiência de outros municípios e de preferência da nossa dimensão com as características do nosso, para ver como é que de facto as coisas estão a acontecer. Como sabem muitos dos municípios que anteriormente, já há alguns anos, assumiram as competências na educação, voltaram a renunciar o contrato e voltaram as competências para o Ministério da Educação. Ora quem fez isso é porque seguramente as coisas não estavam a correr como aquilo que à partida seria espetável. Repito: o princípio é bom, é preciso é concretizá-lo bem, e de facto nem os prazos nem as propostas financeiras que estão acordadas em lei estão a ser cumpridas. Percebo que é um processo complexo, é verdade, mas também não tem que ser as autarquias assumir depois os efeitos eventualmente negativos dessa complexidade, e é por esse motivo que nós deliberamos mais uma vez, por unanimidade, na reunião de câmara, não aceitar estas competências, que já não tínhamos aceite antes, para o ano de dois mil e vinte". -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto quatro à votação tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do senhor deputado Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por maioria. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. Análise e decisão da Transferência de Competências previstas na Lei nº50/2018 e Decretos-Lei nº 57/2019 e 58/2019 de 30/04, recentemente publicados e que se reportam a: Transferência de Competências para as Freguesias, Serviço Público de Transporte de Passageiros e Transportes Turísticos de Passageiros em vias navegáveis.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Neste ponto da ordem de trabalhos trata-se de dois itens. Um tem a ver com a transferência de

Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. O outro tem a ver com a transferência de competências do Estado Central para as freguesias, para os municípios (para a câmara) que respeita ao serviço público do transporte de passageiros e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis. Relativamente ao primeiro ponto, a câmara municipal reuniu com os senhores presidentes de junta. Estiverem presentes a maioria, aos outros foi-lhe comunicado. O que ali foi dito em viva voz, é que nenhuma freguesia aceitava a transferência de Competências. E depois tiveram que o fazer administrativamente, isto é, levar o assunto às suas reuniões de junta, mas fundamentalmente à assembleia de freguesia. Recebeu a câmara municipal o ofício de todas as dez juntas de freguesia, com a deliberação das suas assembleias de freguesia no sentido de informar que não aceitavam a transferência de competências da câmara para as freguesias. Foi dito aos senhores presidentes de junta e aos que estão aqui, muitos estiveram na reunião, que a câmara está perfeitamente disponível para transferir as competências. A não-aceitação é das juntas de freguesia, toda a gente percebe porquê. Porque, de facto, as condições para as exercer também não são as melhores. O problema é que nós não podemos confundir uma junta de freguesia do concelho de Vimioso com uma junta de freguesia do concelho do Porto ou de Lisboa. Não podemos confundir as coisas. Porque as juntas de freguesia de grandes freguesias têm quadros de pessoal próprios estabilizados. Ora, para exercer este tipo de competências obrigava as juntas, e vai obrigar quando elas forem transferidas, a ter um quadro de pessoal. Que fique claro, qualquer junta de freguesia que queira aceitar as competências, a câmara municipal transfere-as imediatamente, os recursos humanos, os recursos financeiros sem qualquer problema. A deliberação, e temos que aceitar tal como o Governo tem que aceitar a da Assembleia Municipal de Vimioso é da não-aceitação das competências e é isto que está aqui em causa. Portanto, foi deliberado não transferir as competências para as freguesias. Também foi deliberado não aceitar esta nova competência, que é a do serviço público de transportes de passageiros e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis". -----

----- Não tendo havido intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto dois ponto cinco à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. --

----- **Ponto dois ponto seis) – “Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Aproveitamento Hidroagrícola de Santulhão. Lei nº 8/2012 e Artigo 22º do Decreto-Lei nº197/99, de 8 de junho”. Emissão de Parecer a assunção do Compromisso Plurianual para o investimento em causa. -----**

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse; “Porque é que a Câmara Municipal solicitou a introdução deste ponto? Porque ele apenas foi discutido em sede de reunião de câmara, na passada segunda-feira, dia vinte e quatro de junho. Do que é que se trata? Trata-se exatamente do processo em que estamos a trabalhar, que é de apresentar a candidatura ao aviso que já está aberto, para o Aproveitamento Hidroagrícola, aquilo a que chamamos regularmente para o regadio de Santulhão. Dizer-lhes que foi feito pelos nossos técnicos e por técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte uma reformulação ou uma atualização da estimativa orçamental que podem ver na informação técnica. Significa que o regadio de Santulhão, com todas as despesas inerentes ou associadas, rondará os quatro milhões de euros. É este o valor que nós vamos colocar na candidatura. O aviso obriga a que haja um protocolo, um acordo de colaboração entre a câmara municipal e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, aliás também têm aí esse contrato de parceria. Porquê? Porque só podem concorrer municípios, por uma razão muito simples. O dinheiro para o financiamento destes regadios vem quase todo do empréstimo que foi feito ao Banco Europeu de Investimento e ao Banco Central Europeu. Foi o Estado Português que contraiu um empréstimo, e portanto é evidente que estas instâncias europeias querem alguma garantia de que as coisas vão correr bem. Quem é que melhor pode dar a garantia, ou assumir responsabilidades, senão entidades públicas? Quem são as entidades públicas? São as autarquias neste caso, ou também pode fazer a candidatura a Direção Regional da Agricultura. Claro que a Direção Geral de Agricultura não quer estar com este trabalho de fazer as candidaturas, daí o acordo. E o próprio acordo prevê que este investimento, digamos assim, o aproveitamento hidroagrícola de Santulhão esteja validado em termos de plano e orçamento pelos órgãos competentes, ou seja pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. Nós ainda não o vamos integrar no plano, o que aqui está em causa é a autorização prévia para um compromisso que, obviamente não é de um ano nem de dois será seguramente de três. Do que aqui se está a falar é da

emissão de parecer da assunção do compromisso plurianual para o investimento em causa. Ou seja, para fazermos a candidatura, tratando-se de um compromisso plurianual, temos de ter uma deliberação da camara e da assembleia, obviamente a assembleia, atendendo aos valores, que aprova este compromisso plurianual. Já agora dizer-lhes o seguinte: todos ouviram que em Santulhão como é de particular interesse, o Senhor Engenheiro Campeã da Mota da DGRAD dizer na comunicação social, quando esteve em Alfândega, que o regadio de Santulhão ia ser feito ia ser financiado. Toda a gente ouviu o Senhor Ministro, é publico, na última feira do fumeiro em Vinhais, dizer que o regadio de Santulhão ia ser feito. Quero-lhes dizer que não há garantias de financiamento porque o Governo abriu um aviso que não dá essa garantia. Por isso mesmo já oficiei o Senhor Ministro da Agricultura a discordar do aviso, e se for necessário a fazer queixa às instâncias europeias. Porque o empréstimo diz lá claramente que é para financiar o plano nacional dos regadios. Ora, o regadio de Santulhão, com muito esforço, conseguimos que integrasse o plano nacional de regadios, está lá assinalado e aparece no mapa lá a bandeirinha.. Nós conseguimos que o regadio de Santulhão integrasse o Plano Nacional de Regadios, está lá mapeado. O aviso vem permitir que, mesmo aqueles que não estão mapeados, possam concorrer, quando o empréstimo é para o Plano Nacional de Regadios. Há aqui uma incongruência. Se o empréstimo é para o Plano Nacional de Regadios não pode ser para aqueles que não estão no plano. Mas há municípios que eu sei, já tenho informação, e eu faria o mesmo, não estou a condená-los, que vão apresentar candidaturas, mesmo não tendo os seus projetos no Plano Nacional de Regadios, Bragança vai fazer isso, Valpaços vai fazer isso, Moimenta da Beira vai fazer isso. Não estão no plano mas vão candidatar-se. Acho isso de uma tremenda injustiça. Primeiro têm de ser os que estão no plano, para isso é que se fizeram planos, e a seguir, se houver dinheiro, que venham os outros. Porque a fórmula para avaliar as candidaturas não é nada benéfica para nós, porque há lá uma componente que é a do autofinanciamento. E o que eles dizem é: quem tiver cinco por cento ao financiamento tem x pontos, quem tiver dez por cento tem mais pontos, quem tiver quinze por cento ainda tem mais pontos, e quem tiver vinte por cento de autofinanciamento ainda tem mais pontos. Ora nós vamos assumir cinco por cento do financiamento, que significará cerca de duzentos mil euros, dinheiro

da câmara. Para quê? Para ter pelo menos dez pontos na avaliação da candidatura, porque candidaturas abaixo de dez chumbam, nem sequer são aprovadas. Oficiei o Senhor Ministro e dei conhecimento ao Engenheiro Campeã da Mota da DGADR e à Senhora Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Norte, do nosso manifesto desacordo e oposição a este aviso porque ele não está a ser justo. Isto é só para quem tiver mais capacidade financeira é que tem vantagens em concorrer. Portanto a câmara municipal e eu próprio estamos a fazer todos os esforços, e vamos fazê-lo para que o regadio seja candidatado e seja aprovado. Mas quero-lhes dizer, não há garantias sobre isto. Sou frontal com as pessoas. O anterior Diretor Regional da Agricultura quando foi a Santulhão a homologar a junta de agricultores garantiu que ia ter financiamento o regadio de Santulhão, era assim que as coisas estavam previstas. Sei que a DGADR com nos contributos que deu para o aviso tinha lá que deviam ser prioritários os do plano nacional e não vem no aviso”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Luciano Lopes Alves. Disse: “Eu estive numa reunião em Macedo de Cavaleiros da qual estava presente o Senhor Ministro da Agricultura, Dr. Capoulas Santos, e fiz-lhe a pergunta, como ansioso que estava, relativamente ao regadio de Santulhão. A resposta dele foi, senhor Luciano não está nada previsto, nem tenho nada em cima da mesa para lhe esclarecer a verdade”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Se ele disse isso é mentira porque está no Plano Nacional de Regadios. Oiça, ele em Vinhais e há gente que está aqui e que esteve na feira de Vinhais ouviram dizer que ia ser feito o de Santulhão. Está gravado e a comunicação social tem isso. Mais, se consultar os arquivos da RTP vê o engenheiro Campeã da Mota a dizer que vai ser feito o regadio em Santulhão. Isso é mentira porque se consultar o aviso e até o mapa, no distrito de Bragança, só aparece lá uma bandeirinha que é a de Santulhão. Previsto está. Eu não quero acreditar que o Senhor Ministro não conheça o Plano Nacional de Regadios, de certeza que o conhece. Agora se calhar falou com ele numa reunião partidária, e obviamente, se calhar, ele estaria com outras prioridades, não ia ali para lhe esclarecer uma questão técnica. Que está previsto, está, que a DGADR tem o estudo prévio, tem. Ó senhor deputado Luciano, se não estivesse acha que o senhor Diretor Regional vinha a Santulhão homologar a junta?, Para que é que queremos a

junta de agricultores se não vamos ter regadio, não faz sentido! E por isso é que nós pusemos pés a caminho a fazer os estudos todos, senão não os tínhamos feito. Já gastamos setenta mil euros e está aí previsto, só em projeto, gastar mais duzentos e vinte e um mil. Este até pode ser financiado os duzentos e vinte e um mil, os setenta mil já não são financiados. Acha que a câmara estava a gastar dinheiro sem ter alguma segurança de que isto vai ser feito, porquê? Porque eu estive na DGADR com o engenheiro Campeã da Mota, e com o senhor Diretor Regional de Agricultura e foi-nos garantido preto no branco que o regadio de Santulhão era para avançar, foi por isso que nós avançamos, e estamos a avançar. Quero acreditar que os do Plano Nacional de Regadios serão prioritários, porque o empréstimo é exclusivamente para implementar o Plano Nacional de Regadios não é para mais nada. Vamos ver, espero bem que o Senhor Ministro não tenha mudado de opinião”.-----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Amadeu Vara Rodrigues. Disse: “Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tinha sido feito, a nível concelhio, o estudo sobre regadios”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Vítor Calvelhe. Disse: “Queria só perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, recordo na minha primeira intervenção como deputado da Assembleia Municipal, questionei o Senhor Presidente da Câmara relativamente à chamada charca de Avelanoso. Respeito, aprovo e apoio o grande esforço que o município fez para que o plano de regadios tenha implementado o regadio de Santulhão. Parece que estamos a sofrer um bocadinho por antecipação porque se tem todas as garantias que está previsto, que está aprovado, não vamos já estar a sofrer por antecipação, eventualmente também temos que acreditar nas palavras das pessoas, não estamos aqui a fazer um filme partidário sem necessidade. Gostaria de saber também se há algum tipo de esforço ou se sobrou alguma força ao município de Vimioso para pensar no futuro, o que é que poderá ser feito na charca de Avelanoso, aí num plano de regadio similar ou até para outras localidades”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “As perguntas são muito semelhantes quer do senhor deputado Mina quer do senhor deputado Vítor. Dizer o seguinte: Relativamente a um estudo sobre o regadio do concelho, a CIM Terras de Trás-os-Montes comprometeu-se, e a DGADR dará apoio, a fazer um plano para todo o território da CIM incluindo também Vimio-

so. Nós até queríamos que esse estudo pudesse ser agora integrado em fundos comunitários do PROVERE mas não foi possível chegarmos a entendimento de todos os autarcas. Mas, há-de ser feito um plano de regadio para todas as terras de Trás-os-Montes, embora a Câmara Municipal disponha de informação de potenciais locais de regadio que não são muitos, infelizmente. Conhecem a orografia do nosso território. Não é sofrer por antecipação ó Vítor, é que o aviso diz lá que podem concorrer todos, mas ao concorrerem todos é o que tiver mais valia. Imaginem que o nosso até tem dez, se houver outros com mais de dez e se esses esgotam a verba o que sobra para nós? Ou seja, nós, garantidamente, com as contas que fizemos vamos superar os dez com os cinco por cento do autofinanciamento, senão não superávamos. Porque reparem: no regadio de Santulhão, neste momento, o que está previsto é regar cerca de cento e noventa hectares. Ou seja, a valia económica, que é grande para nós, não se pode comparar um regadio que vai regar mil hectares. Ora, se há um Plano Nacional de Regadios em que o regadio de Santulhão lá consta, está mapeado, porque é que agora se abre um aviso que permite aos do plano e aos que não estão no plano. E como o dinheiro não chega para todos vai haver projetos a ficar de fora. O meu receio é esse. Vamos fazer tudo para que seja aprovado, mas eu não tenho dúvidas de que, se o aviso dissesse que eram prioritários os do Plano Nacional de Regadios, o conforto era muito maior. Só quero que perceba isso, não estou a sofrer por antecipação nenhuma, é porque o aviso está exatamente muito claro. E permite que Bragança possa concorrer com um regadio que tem aqui perto de Coelhoso ou Parada, vai concorrer com esse, eu sei que o meu colega está a preparar tudo para concorrer que é normal, porquê? Porque o aviso permite. Se o aviso não permitisse, se dissesse só podem os do plano nacional ele não concorria. Eu não estou a dizer que quero o mal de Bragança, oxalá que o tenham aprovado, eu também quero o meu aprovado, e a seguir que seja o de Bragança e depois que sejam os de mais longe. Não é sofrer por antecipação é que não vem de encontro (o aviso) áquilo que foram criadas as expectativas, quer aos municípios quer aos agricultores. Foi o Senhor Diretor Regional de Agricultura que foi a Santulhão não fui só eu. Eu fui lá porque ele disse que queria ir lá homologar a junta de agricultores. Assinou e está homologada pelo Senhor Ministro. O Senhor Ministro não sabe e homologou a junta de agricultores de Santulhão. É que está lá a assina-

tura dele, está homologado por ele e não sabe? Quer dizer, faz-se uma junta de agricultores para quê? Obviamente para implementar um regadio. Nem me lembrava disso senhor Luciano é que o Senhor Ministro homologou a junta de agricultores. Foi publicada. Relativamente à outra questão do regadio ou da charca de Avelanoso, vamos lançar o concurso em breve. Estive com os técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte que vieram de Braga, é engraçado, é que vieram dois de Chaves para ir ver o de Angueira, e depois passado quatro ou cinco dias vieram dois de Braga para ver o de Avelanoso, para darem o parecer. Oiça, isto dos pareceres demora tempos e tempos, foram telefonemas constantes, pedir e quase implorar para que viessem. Preci-sávamos do parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Já os temos. O concurso de Avelanoso, obrigatoriamente é um concurso público, cerca de duzentos e cinquenta mil euros, que é exatamente para a charca, para todo o canal do regadio, tanques cá em baixo ao pé da aldeia (recuperá-los) e, num futuro próximo, queremos fazer outro tipo de investimento que seja mais rentável. Estamos a falar de regadios tradicionais, e temos que manter as características originais. Como sabe, em Avelanoso, já há junta de agricultores há muitos anos, desde que há regadio. Para que é que se criou a junta de agricultores de Avelanoso? Por causa do regadio. Porque é que se criou a de Angueira? Por causa do regadio. Percebem porque é que se criou a de Santu-lhão? Por causa do regadio. Esperamos em breve lançar os concursos. Estão os serviços técnicos a preparar o lançamento do concurso, quer do regadio de Angueira quer do regadio de Avelanoso. Esses têm financiamento garantido. Só podemos lançar o concurso depois de ter os pareceres todos, ainda falta um parecer da APA que é sobre a utilização dos recursos hídricos, mas já fomos informados, pelos serviços de Mirandela, que o parecer é positivo, eu penso que ainda não chegou mas eu sei que é positivo. Agora, fique descansado. Eu queria que este ano ainda começasse a obra de Avelanoso e a de Angueira”-----

----- Não tendo havido mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto seis à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. ----

----- **Ponto dois ponto sete) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Já em outras sessões anteriores da Assembleia Municipal foi falado que os transportes rodoviários aqui do concelho iriam passar para as CIM”s. Vinha, neste sentido, ver se isso já estaria em funcionamento ou não, e como iria funcionar, por causa destes transportes incluírem os transportes de estudantes. Por exemplo, aqui, há o autocarro que é da Rodonorte de Outeiro para Bragança. Se houvesse um plano rodoviário intermunicipal a ver se podia também incluir o concelho de Vimioso, Carção, Argozelo e por aí adiante, principalmente para os alunos do secundário, há muitos que estão a ser transportados por particulares, e se houvesse um plano municipal que pudesse incluir os transportes escolares nesse itinerário, iria ter menos encargos para as famílias”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Quero informar o senhor deputado e a toda a Assembleia, já é publico, essa questão foi também colocada na reunião de câmara, que a CIM está a ultimar, melhor dizendo, o Governo transferiu para os municípios a competência dos transportes municipais. Neste momento linhas concessionadas no nosso município há duas, que é a linha que sai de Junqueira, vem para Vimioso, passando por Matela, Avinhó, Santulhão e Carção (concessionada ou à Rodonorte ou à Santos, uma delas), e a linha que está concessionada à empresa Nordestina que é a linha Vila chã, Mora, Uva, Vale de Algosos, Algosos, Campo de Víboras, Vimioso. São essas as duas únicas linhas que há concessionadas. Estou a falar dentro do nosso território. Havia mais, mas as operadoras desistiram, toda a gente sabe porque é que desistiram, elas não são lucrativas. Essa competência que antes era do Instituto de Mobilidade dos Transportes o IMT passou para os municípios. As intermunicipais, vamos supor Miranda, Vimioso, Bragança, passaram para a competência da Comunidade Intermunicipal. Mas por exemplo transporte Vimioso/Porto continua a ser da competência do IMT porque são chamados, expressos. À exceção de Bragança, todos os outros oito municípios da CIM, e foi deliberado nesta Assembleia, transferiram para a CIM, a competência dos transportes municipais. Isto porquê? Porque estamos convencidos que será muito mais atractivo para um potencial ou potenciais concorrentes ao concurso dos transportes, ter uma maior escala do que uma pequena escala. Ou seja, poderá ser mais atractivo para empresas concorrerem e também economicamente o poderem fazer. O que é que aconteceu? A CIM Terras de Trás-os-

Montes, à qual pertencemos, adjudicou um estudo a uma empresa da especialidade que fez o plano de mobilidade da CIM Terras de Trás-os-Montes, para cada um dos municípios que transferiram para a CIM e também para as Intermunicipais. Vamos lançar o concurso tão rápido quanto possível. Já estão acertados os circuitos, estão acertados basicamente os horários haverá um ou outro ajuste a fazer, no sentido de que as linhas intermunicipais possam servir os estudantes nos seus horários que hoje não serve. Hoje os horários das linhas intermunicipais não servem. Os alunos que vão de Outeiro para Bragança não é numa linha intermunicipal, é porque o horário é compatível com o horário da escola, como é compatível com os que vêm de Argozelo para Vimioso, porque se for na linha intermunicipal não é compatível e daí termos um transporte. Os esforços que estão a ser feitos é que, no período escolar, possam vir, eu diria quase obrigatoriamente porque é isso que está a ser feito, a serem transportados os alunos nessas linhas do concessionário que ganhar a concessão. E o que ganhar não ganha só Vimioso, ganha de oito municípios e as intermunicipais. Fora do período escolar todas aquelas localidades com mais de quarenta habitantes, eu penso que tem de ter serviço duas ou três vezes por semana da localidade para a sede do município. E por exemplo aquela localidade que tem menos de quarenta fica com o transporte a pedido ou à chamada, isto é ele tem que avisar antecipadamente a empresa que no dia tal quer fazer este percurso. Se ele puder vir de uma aldeia mais pequena para a outra que tem o transporte faz-se o transbordo e ele vem no transporte normal, é o chamado transporte a pedido ou transporte à chamada. Nós estamos a fazer todos os esforços para que a partir de janeiro possa estar a operar o concessionário que vier a concorrer e ganhar a concessão. Sabem o número de pessoas que há para transportar. Temos circuitos que estamos a transportar sete alunos, oito alunos. É evidente que nós sabemos que isto traz encargos para o município, porque nenhuma empresa vai transportar só pelo valor dos passes dos alunos. Aliás há uma das empresas que vai desistir da concessão da linha que vai para Algozo e para Uva. Há oito alunos salvo erro, mesmo com a compensação que a câmara lhe dá, e porque ele sabe provavelmente que a partir do próximo ano essa linha cai e fica com novo concessionário. Portanto nem é económica nem funcionalmente vantajoso. Poderemos vir a ficar só com uma linha concessionada que é a que vem de Junqueira para Vimioso. As questões que levantou

estão a ser todas acauteladas, e eu quero-lhe lembrar mesmo os alunos que têm que frequentar o ensino secundário fora do nosso concelho, os que vão para Miranda do Douro não estão a pagar transporte. Para Miranda do Douro conseguimos fazer este transporte. Articulamo-nos com câmara de Miranda do Douro. Mesmo os que vão de Argozelo para Bragança muitos deles estão a ser apoiados, devia ser pelo Estado Central, mas estão a ser apoiados pelo estado local que é a autarquia para minorar exatamente os custos com esse transporte para frequentar uma obrigação, que é cumprir o ensino secundário”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Vítor Calvelhe. Disse: “Na primeira Assembleia Municipal que se realizou neste local eu, agradeço também a presença de dois populares que não fazem parte, acho que é positivo, e nesse sentido que eu vou intervir agora num pequeno aparte. Estou de acordo com o Senhor Presidente da Assembleia acho que todas as deliberações e a Assembleia Municipal é um espaço aberto à comunidade, aos munícipes. Nesse sentido eu, na primeira intervenção que fiz aqui, lancei uma proposta no sentido de as sessões da Assembleia Municipal serem filmadas e anexadas no link da câmara para que as pessoas pudessem ter acesso àquilo que se discute e àquilo que se fala na Assembleia. Infelizmente não mereceu a aprovação nem a aceitação por parte da maioria. Gostaria só de trazer aqui um pequeno aparte. No passado mês de maio a Associação Nacional das Assembleias Municipais realizou um pequeno encontro com a atribuição de prémios de boas práticas das Assembleias Municipais. E trouxe aqui um pequeno aparte, não são farpas, é apenas para relembrar ou para verem que talvez não tivesse tido tão pouco sentido aquilo que eu disse. A Assembleia Municipal de Leiria foi distinguida com o prémio de boas práticas nas Assembleias Municipais. No caso de Leiria foram determinantes a implementação do sistema de cronometragem dos tempos de intervenção com projecção no ecrã e a transmissão direta em vídeo das sessões. Estes prémios com três categorias reconhecem o trabalho das Assembleias que tenham implementado um mandato de boas práticas de funcionamento e do impacto local na relação com os munícipes. Peço desculpa por estar a ser exaustivo, mas é apenas para verem que a nossa acção interventiva, neste espaço, poderia chegar à população em geral. Acho que não há aqui ninguém neste espaço que diga alguma coisa de que se possa arrepender ou menos favorável. Agora nós estamos aqui a discutir acima de tudo acções

políticas, que têm como principal objectivo o bem-estar dos nossos munícipes. E não via por isso qualquer aspeto negativo em que as pessoas tivessem conhecimento das nossas preocupações, do trabalho que realizamos nesse sentido, porque independentemente da cor partidária a que pertencemos, acho que o objectivo de todos é o bem-estar da nossa população, dos nossos munícipes. Apenas os queria informar que uma ação similar à proposta que aqui apresentei foi merecedora do prémio de boas práticas nas Assembleias Municipais”. ----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Aquilo que eu lhe posso dizer é que qualquer munícipe que queira saber das atas, elas estão, disponíveis. Estão no site da Câmara Municipal podem ver e consultar. As pessoas têm todas conhecimento se forem ao site da câmara. Podem ler as atas e consultá-las”. -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
